

Relatório Técnico: Análise Comparativa de Propostas Eleitorais

Propostas relativas exclusivamente ao Serviço Público e ao Servidor Público — 2º turno das Eleições 2026

Eleição em 25 de outubro de 2026

Introdução

Este documento reúne, de forma comparativa, o que os dois candidatos à Presidência da República no 2º turno das Eleições 2026 dizem e prometem em relação ao Serviço Público e ao Servidor Público.

A análise considera os planos de governo registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as declarações públicas dos candidatos e de suas equipes durante a campanha, cruzadas com levantamentos da imprensa especializada.

Como lembrete institucional: propostas que afetam servidores federais só podem nascer da Presidência da República (art. 61, §1º, da CF), e todo projeto aprovado depende da sanção presidencial — por isso, o resultado da eleição presidencial define diretamente o futuro da categoria.

Quadro comparativo

Tema	Flávio Bolsonaro (PL)	Lula (PT)
Concursos públicos	O plano não traz número de vagas, cronograma ou reajustes. Na campanha, negou que pretenda acabar com os concursos. No governo Jair Bolsonaro (2019-2022) foram autorizadas 6.496 vagas em concursos federais	Manutenção dos concursos federais. Defende a realização periódica do CNU (anual ou bienal) e estuda abrir o modelo a estados e municípios. No governo atual (2023-2026) foram autorizadas 15.418 vagas
Reforma administrativa	Promete 'dar continuidade à reforma administrativa para modernizar o funcionamento do Estado e a carreira do servidor', sem detalhar medidas. Rogério Marinho (coordenador da campanha) diz que seria	Não trabalha com uma reforma única: mais de 80 medidas de gestão já adotadas e estudos para eliminar cargos obsoletos. Propõe compartilhar estruturas de suporte (gestão de pessoas, orçamento e

Tema	Flávio Bolsonaro (PL)	Lula (PT)
	prioridade no 1º ano. Equipe econômica discute uma 'Super PEC' com corte de cargos e revisão de curvas salariais	contratações) entre ministérios
Estabilidade e carreiras	O plano não menciona mudanças na estabilidade ou na progressão. No entorno do candidato, porém, circulam a PEC 32/2020 (fim da estabilidade para novos servidores, exceto carreiras típicas de Estado; demissão por desempenho) e a PEC 38/2025 (progressão condicionada a avaliação, fim de triênios e anuênios)	O plano não propõe mudanças na estabilidade. Em declarações, defende gestão por desempenho e qualificação contínua dos servidores
Remuneração	Combate a supersalários e 'penduricalhos'. Adolfo Sachsida (equipe econômica): 'não faz sentido um funcionário público ganhar R\$ 200 mil por mês'. Sem promessa de reajuste no plano	Histórico do governo atual: reajuste linear de 9% em 2023 (primeiro desde 2019) e acordos de reestruturação de carreiras em 2024, com efeitos em 2025 e 2026. Também defende combate aos supersalários
Estrutura do governo	Cortar pelo menos 10 dos 39 ministérios, reduzir cargos comissionados e despesas administrativas ('Tesouração')	Sem cortes de ministérios ou cargos. Propõe racionalizar recursos por meio do compartilhamento de estruturas entre órgãos
Digitalização e serviços	Digitalizar 100% dos serviços públicos federais passíveis de digitalização ('digital by design'), identidade digital única integrada ao Gov.br, fim da exigência de reapresentar documentos que o Estado já possui e uso de IA nos serviços	Continuidade da digitalização e do Gov.br ('Estado digital, infraestrutura de dados e serviços integrados'). Segundo a ministra Esther Dweck, mais de 180 soluções de IA já implementadas e cerca de 700 em andamento
Estatais e cargos de direção	Retomar o Programa Nacional de Desestatização e substituir indicações políticas por recrutamento técnico. Daniella Marques (equipe econômica) avaliou desestatizar mais de 20 estatais (CEITEC descontinuado, BB em revisão, Caixa mantida). Sachsida afirmou que BB, Caixa e Petrobras 'não serão tocadas'	Descartou a privatização dos Correios ('quero recuperar os Correios'). Sem propostas de desestatização no plano

Tema	Flávio Bolsonaro (PL)	Lula (PT)
Relação com servidores	Gestão 'pela competência, e não pelo apadrinhamento'; crítica a sindicatos de servidores colocados à frente de 'associações mais representativas'	Valorização e diálogo com o funcionalismo, com continuidade da Mesa Nacional de Negociação Permanente; serviço público 'livre de assédio e discriminação'; manter e aprimorar a política de cotas no serviço público

Propostas do candidato Flávio Bolsonaro (PL)

- **No plano de governo** — a marca é o "tesouração" em duas frentes: o Tesouração da Burocracia (integrar serviços e reunir o atendimento em um só lugar) e o Tesouração nos gastos públicos (equilíbrio fiscal, reforma do Estado e menos impostos).
- No capítulo "Enxugar a Máquina e Profissionalizar a Gestão Pública", o texto promete dar continuidade à reforma administrativa "para modernizar o funcionamento do Estado e a carreira do servidor", uma ampla revisão normativa infralegal (gestão pública, tributária, previdenciária e trabalhista) e o combate a penduricalhos e supersalários.
- O plano também prevê cortar pelo menos 10 dos 39 ministérios, reduzir cargos comissionados e despesas administrativas, retomar o Programa Nacional de Desestatização e substituir indicações políticas por recrutamento técnico nas estatais.
- No atendimento ao cidadão, propõe digitalizar 100% dos serviços federais passíveis de digitalização (digital by design), identidade digital única no Gov.br e o fim da exigência de reapresentar documentos que o Estado já possui.
- **Na campanha** — a equipe econômica foi além do texto do plano. Adolfo Sachsida disse que os servidores podem ficar "tranquilos" e que o ajuste será "focado nos excessos do governo" — mas afirmou que "não faz sentido um funcionário público ganhar R\$ 200 mil por mês".
- Daniella Marques defendeu uma "reforma administrativa digital", questionou quantas carreiras poderiam ser substituídas por inteligência artificial e citou a possibilidade de redução do contingente de servidores, além de avaliar a desestatização de mais de 20 estatais (CEITEC descontinuado, Banco do Brasil em revisão, Caixa mantida). Rogério Marinho afirmou que a reforma administrativa seria prioridade no primeiro ano de governo.
- A Folha de S.Paulo revelou que a equipe discute uma "Super PEC" pós-eleição, com corte de cargos e revisão das curvas salariais do funcionalismo. Diante da repercussão, Flávio negou nas redes que pretenda acabar com os concursos, e Sachsida garantiu que BB, Caixa e Petrobras "não serão tocadas".

- **O que o plano não diz** — não há menção a mudanças na estabilidade ou na progressão funcional, nem promessas de concursos (sem vagas, cronograma ou reajustes).
- O contexto, porém, pesa na leitura: a PEC 32/2020, do governo Jair Bolsonaro, previa o fim da estabilidade para novos servidores (exceto carreiras típicas de Estado), demissão por desempenho, fim de triênios, anuênios e licença-prêmio, facilitação da terceirização e extinção de órgãos por decreto; a PEC 38/2025, de deputado do PL, prevê progressão condicionada a avaliação de desempenho, fim de triênios e anuênios, bônus variável e demissão por insuficiência de desempenho.
- Segundo o Sindicato dos Bancários de São Paulo, eleito Flávio, esses projetos poderiam ser "desengavetados" — avaliação da entidade, não fato objetivo. No governo Jair Bolsonaro (2019-2022), houve congelamento salarial, restrições a concursos e 6.496 vagas autorizadas.

Propostas do candidato Lula (PT)

- **No plano de governo** — o eixo é a valorização. O documento defende a "valorização dos servidores e a retomada do diálogo com o funcionalismo", afirma que o governo atual fez "a maior reestruturação na gestão de pessoas do governo federal em um único mandato nas últimas três décadas" e propõe aprofundar a Mesa Nacional de Negociação Permanente.
- Na gestão, propõe compartilhar estruturas de suporte entre ministérios (gestão de pessoas, orçamento e contratações) para racionalizar recursos — sem cortes de ministérios ou cargos.
- Mantém e aprimora a política de cotas no serviço público, com ampliação da participação da população negra nos postos superiores.
- Na digitalização, prevê a continuidade do "Estado digital" e do Gov.br.
- **Na campanha** — Lula defendeu o combate aos supersalários, a gestão por desempenho e a qualificação contínua, além de um serviço público "livre de assédio e discriminação".
- Sobre concursos, disse que manterá a lógica do CNU (Concurso Nacional Unificado) e estudará levar o modelo a estados e municípios, priorizando áreas estratégicas. A ministra Esther Dweck falou em "entradas menores e mais constantes" de servidores (modelo Itamaraty), citou déficit de pessoal em Educação, Meio Ambiente, Administração e Defesa Civil, e defendeu o CNU periódico (anual ou bienal).
- Lula descartou a privatização dos Correios e chamou o tesouramento do adversário de "aberração", dizendo que comprometeria programas como Farmácia Popular e Pé-de-Meia.

- **Histórico do governo atual** — reajuste linear de 9% em 2023 (primeiro desde 2019), acordos de reestruturação de carreiras em 2024 (com efeitos em 2025 e 2026), 15.418 vagas autorizadas em concursos federais entre janeiro de 2023 e setembro de 2026 — mais que o dobro das 6.496 do período 2019-2022 — e a criação do CNU, cuja primeira edição (2024) ofereceu 6.640 vagas em 21 órgãos federais.

Convergências e divergências

Em comum: nenhum dos dois planos traz número de vagas ou cronograma de concursos; ambos falam em combate a supersalários; ambos apostam em digitalização e inteligência artificial nos serviços.

A divergência central é o tamanho e o papel do Estado: Flávio propõe enxugar (menos ministérios, menos cargos comissionados, desestatização, revisão de curvas salariais em discussão na equipe), Lula propõe valorizar e negociar (Mesa Nacional, reajustes, cotas, manutenção da estrutura).

Para o servidor, a leitura da imprensa especializada é que o plano de Flávio é vago quanto às carreiras — o que deixa em aberto o alcance da reforma —, enquanto o de Lula dá continuidade ao modelo do governo atual.

Ponto central de divergência — o tamanho e o papel do Estado: Flávio Bolsonaro propõe enxugar a máquina pública (menos ministérios, menos cargos comissionados, desestatização e revisão de curvas salariais em discussão na equipe), enquanto Lula propõe valorizar e negociar (Mesa Nacional de Negociação Permanente, reajustes, cotas e manutenção da estrutura).

Em comum: nenhum dos dois planos traz número de vagas ou cronograma de concursos; ambos falam em combate a supersalários; ambos apostam em digitalização e IA nos serviços.

Fontes consultadas

- TSE — Planos de governo dos candidatos ao cargo de Presidente da República, Eleições 2026 (2º turno): páginas oficiais de Flávio Bolsonaro e de Lula e PDFs integrais (proposta-pl e proposta-pt) — www.tse.jus.br

Documento de caráter informativo, elaborado com base em fontes públicas verificadas em 19 de outubro de 2026. As propostas citadas refletem o conteúdo dos planos de governo registrados no TSE e declarações públicas até a data deste levantamento.

Este documento foi produzido pela Diretoria de Comunicação do Sindireceita com a utilização de IA